



**FÓRUM NACIONAL  
DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO  
DOS ESTADOS BRASILEIROS E DO DISTRITO FEDERAL**

ADMINISTRAÇÃO

ATA DO 4ª ENCONTRO DO FÓRUM NACIONAL DOS  
ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO DOS ESTADOS  
BRASILEIROS E DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADO NOS  
DIAS 26 E 27 DE OUTUBRO DE 2005, EM VILA VELHA-  
ESPÍRITO SANTO.

**PARTICIPANTES:** José Alcimar da Silva Costa, Secretário de Estado da Fazenda e Gestão Pública do Estado do Acre; Rosa Maria Barros Tenório, Diretora de Controle Financeiro da Controladoria Geral do Estado de Alagoas; Walfecyr Gomes de Souza, Auditora Chefa da Controladoria Geral do Estado do Amazonas; Clodoaldo Maciel Monteiro, Chefe de Gabinete da Auditoria Geral do Estado do Amapá; Ana Elisa Ribeiro Novis, Auditora Geral do Estado, da Secretaria da Fazenda da Bahia; Mônica Clark Nunes Cavalcante, Secretária da Controladoria do Estado do Ceará; Irineu Carvalho de Aguiar, Controlador-Chefe da Corregedoria Geral do Distrito Federal; Sebastião Carlos Ranna de Macedo, Auditor Geral do Estado do Espírito Santo; Luis Carlos da Fonseca, Controle Interno do Governador do Estado de Goiás; Maria do Socorro Guarã Assunção, Auditora Geral da Controladoria Geral do Estado do Maranhão; Sirio Pinheiro da Silva, Auditor Geral do Estado do Mato Grosso; Maria Celeste Moraes Guimarães, Auditora Geral do Estado de Minas Gerais; Rosinéli Guerreiro Salame, Auditora Geral do Estado do Pará; Nilo Feitosa Mayer Ventura, Secretário Executivo da Controladoria Geral do Estado da Paraíba; Luiz Carlos Delazari, Secretário Especial de Corregedoria e Ouvidoria do Estado do Paraná; Cláudia Correa Araújo de Santana, Controladora Geral do Estado de Pernambuco; Antônio Gomes das Neves, Controlador Geral do Estado do Piauí; Rui César dos Santos Chagas, Auditor Geral do Estado do Rio de Janeiro; Pedro Gabriel Kenne da Silva, Contador e Auditor Geral do Estado do Rio Grande do Sul; Charles Adriano Schappo, Controlador Geral do Estado de Rondônia; Marlene da Silva Prado, Auditora Geral do Estado de Roraima; Lindolfo Werber, Auditor Geral do Estado de Santa Catarina; Nelson Galdino de Carvalho, Controlador Geral do Estado de São Paulo; Eduardo Roberto Sobral e Farias, Controlador Geral do Estado de Sergipe; Edvaldo Gomes da Silva Sousa, Diretor de Supervisão de Controle Interno da Controladoria Geral do Estado do Tocantins; Sérgio Roberto Bacury de Lira, Subauditor Geral do Estado do Pará; e técnicos dos diversos Órgãos Estaduais participantes.

**ABERTURA:** Às nove horas do dia vinte e seis do mês de outubro do ano de dois mil e cinco foram iniciados os trabalhos, tendo o Cerimonial chamado para compor a mesa o Auditor Geral do Estado do Espírito Santo e promotor do evento, Sebastião Carlos Ranna de Macedo; o Governador do Estado do Espírito Santo, Paulo César Hartung Gomes; a Presidente do Fórum, Rosinéli Guerreiro Salame; o representante do Prefeito Municipal de Vila Velha, Marcelo Oliveira; o Secretário de Estado de Economia e de Planejamento do Espírito Santo, Guilherme Gomes Dias; a representante do Tribunal de Contas da União, Terezinha Ribeiro de Souza; o representante do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, João Luis Cota Novati; o representante da Prefeitura Municipal de Vitória, Valéria Cavati. Em seu discurso, o Auditor Geral do Estado do Espírito Santo, **Sebastião Carlos Ranna de Macedo**, falou sobre a semente plantada pela Presidente Rosinéli Salame para a implantação do Fórum, que germinou no Ceará, ganhou forças em Minas e começou a dar frutos no Espírito Santo, visto que, além da realização do IV Fórum Nacional, estava também ocorrendo em Vila Velha o I Fórum Estadual de Controle Interno do Espírito Santo, com a participação efetiva dos municípios capixabas. Agradeceu ao Governo do Estado o apoio incondicional e a confiança depositada na Auditoria Geral para o trabalho de reconstrução da ética, da moral dos valores públicos no Estado e na conscientização da população de que só através do trabalho, da seriedade e da união é que se vai conseguir superar os obstáculos que o Estado vem enfrentando e, na seqüência, agradeceu à organização e aos órgãos estaduais que patrocinaram o evento. Registrou que não basta dizer mas sim fazer o certo, respeitar a Lei 8.666/93, o Orçamento Público, mas também dar o exemplo dentro de nossas casas, constituindo-se numa luta diária de estar sempre buscando e superando os obstáculos do dia-a-dia. A respeito disso, comentou sobre os obstáculos do controle interno, e falou sobre a importância que o controle interno passou a ter perante a sociedade, com o apoio e a união dos Tribunais de Conta, tanto o Estadual quanto o da União, assim como a Controladoria Geral da União e a do Estado, a Procuradoria Geral do Estado e toda a sociedade organizada. Falou que o controle interno não pode mais ser visto como barreira, dificultando o trabalho, mas sim como uma ponte para o trabalho e a legalidade. Nesse caminho, a AGE-ES vem desenvolvendo, ao longo desses três últimos anos, um trabalho que tem proporcionado que a cada real investido em controle interno pelo governo estadual haja o retorno de dezenove reais ao povo capixaba, quando a meta estipulada pela ONU é de um para sete reais aplicados em controle interno. Na

58 seqüência, a Presidente do Fórum, **Rosinéli Guerreiro Salame**, agradeceu aos Estados presentes e ao  
59 Governo do Estado do Espírito Santo, através da AGE local, na pessoa do Sebastião Carlos Ranna de  
60 Macedo, pelo apoio e receptividade dada aos membros do Fórum. Assinalou que o objetivo do Fórum é  
61 o de promover a integração entre os Órgãos de Controle Interno no país, com vista ao desenvolvimento  
62 de um controle interno mais atuante, ao acompanhamento da aplicação tanto quantitativa como  
63 qualitativa dos recursos que a sociedade disponibiliza para gerenciamento pelo poder público. Falou que  
64 com este IV Encontro se consolida de forma inequívoca o Fórum de Controle Interno e que a  
65 socialização das formas e métodos que consolidam o controle interno enseja a consolidação de um  
66 processo de aproximação entre os órgãos de controle interno, levando os que administram o controle  
67 interno ao maior atingimento da aplicação dos recursos na administração brasileira. Salientou que este  
68 Fórum trouxe para si a responsabilidade de viabilizar os estudos que possam aproximar o nível dos  
69 Órgãos de Controle Interno dos Estados e do Distrito Federal em operacionalizar a capacidade técnica, a  
70 fim de proporcionar ao país, em curto espaço de tempo, o apoio necessário para que seja mantida a  
71 transparência que a sociedade busca. Disse que a imagem criada pela AGE-ES para este Encontro,  
72 constante no Folder de chamamento do evento, demonstra o que na verdade este Encontro simboliza:  
73 vários sotaques, uma só língua para construir um país cada vez melhor. E que haverá de se conseguir  
74 buscar nosso objetivo, agora mais do que nunca, com a luz do Estado do Espírito Santo sobre nossos  
75 trabalhos. Finalizou, louvando o trabalho realizado pela equipe da AGE-ES na realização do evento e  
76 agradecendo a recepção calorosa e amigável dada aos membros do FNCI. Em seguida, o **Governador**  
77 **Paulo César Hartung Gomes** fez seu discurso, falando sobre a importância da Auditoria Geral em seu  
78 governo e da necessidade de uma estrutura sólida de controle interno para melhorar o gasto do dinheiro  
79 público. Falou sobre o desafio de encontrar um Estado mergulhado na corrupção e no crime organizado,  
80 tendo então tomado duas decisões, sendo a primeira a reestruturação a Auditoria Geral do Estado,  
81 dando prestígio e realizando concurso público para a contratação de novos profissionais e,  
82 simultaneamente, dando os mesmos passos, na Procuradoria Geral do Estado. Comentou sobre a  
83 distribuição do dinheiro público e da sua melhor forma de distribuição em benefício daqueles que pagam  
84 impostos, na sua maioria pessoas que ganham menos de um salário mínimo. Assinalou a importância do  
85 fortalecimento tanto da Auditoria Geral quanto da Procuradoria do Estado na tomada de decisões e  
86 parceiras em decisões éticas, onde o governo trouxe novas tecnologias para dinamizar e informatizar o  
87 Estado e a tomada de decisões, podendo ser as coisas públicas de bom valor, não sendo somente o  
88 particular de boa qualidade, citando como exemplo a implantação do pregão eletrônico que veio para  
89 dinamizar o sistema de compras em geral. Falou da importância de se buscar novos métodos e sistemas  
90 para se alcançar um controle interno mais dinâmico e eficaz assim como do papel fundamental do  
91 Estado, que é propiciar saúde e educação de qualidade à população do seu Estado. Concluiu  
92 agradecendo a escolha do seu Estado para sediar o IV Encontro do Fórum, ressaltando o choque ético  
93 que está sendo adotado no Espírito Santo, externando o seu desejo de que isso possa evoluir para todo  
94 o Brasil, levando estas boas práticas para outros Estados e municípios.

96 **PALESTRA: Planejamento como Instrumento de Gestão.** Apresentado pelo Secretário Estadual de  
97 Economia e Planejamento do Espírito Santo, **Guilherme Gomes Dias**. Apresentação – Foi feito um  
98 breve retrospecto do planejamento estratégico, tendo como foco o ano de 2003. Falou sobre a  
99 reconstrução da máquina pública do Espírito Santo, do saneamento das finanças, da governabilidade e  
100 da formulação do planejamento estratégico. Salientou que a missão atual é prestar um serviço público de  
101 qualidade, que leve o Estado a ser uma referência de governabilidade, através da reconstrução e  
102 modernização da máquina pública, da promoção do choque ético e da promoção do desenvolvimento  
103 sustentável socioeconômico. Em 2004 foi consolidado o saneamento das finanças, iniciou-se o processo  
104 de revitalização dos serviços e investimentos e, em março, ocorreu a revisão das metas mobilizadoras, o  
105 investimento na gestão de metas e projetos e a definição da gestão de valores. Em 2005 foi garantida a  
106 execução das metas mobilizadoras, dos investimentos programados e a melhoria dos serviços públicos,  
107 assim como ocorreu a consolidação de novos processos de gerenciamento. Apresentou o framework do  
108 mapa estratégico, onde consta a perspectiva da sociedade, a perspectiva de relacionamento  
109 institucional, a perspectiva de processo e a perspectiva de aprendizado e conhecimento. Tendo como  
110 pressuposto básico aumentar o valor para a sociedade. Apresentou dados relativos à meta de redução  
111 dos índices de homicídios em 2006 em relação ao apurado em 2003. Como projetos estruturais  
112 concebidos no planejamento estratégico, citou como exemplos, na SEJUS, a formação dos agentes  
113 penitenciários, a estruturação da gestão no IASES, o Programa família + religioso + direitos humanos, e  
114 a padronização nos presídios; na SEDU, a estruturação da gestão na Secretaria de Esporte e Lazer, o  
115 redesenho do processo de convênios, e o acompanhamento nas doze superintendências regionais.  
116 Finalizou, apresentando os resultados já alcançados no número de matrículas do ensino médio na rede  
117 estadual entre os anos de 2001 a 2005, e no número de alunos matriculados no Programa "A  
118 alfabetização é um direito", no primeiro semestre de 2005.

119



120 **LEITURA E APROVAÇÃO DA ATA:** Depois de lida, discutida e feitas as devidas correções, foi aprovada  
121 por unanimidade dos presentes a Ata do 3º Encontro do Fórum, realizado em Belo Horizonte-MG.  
122

123 **INFORMES DA PRESIDÊNCIA E DOS MEMBROS DO FÓRUM:** A Presidente do Fórum, **Rosinéli**  
124 **Guerreiro Salame (PA)** informou que, juntamente com a Vice-presidente **Mônica Clark Nunes**  
125 **Cavalcante** e o Secretário-executivo **Sérgio Roberto Bacury de Lira**, esteve visitando o Presidente do  
126 Tribunal de Contas da União e a Coordenadora Nacional do PNAGE, no Ministério do Planejamento,  
127 para tratar da possibilidade de extensão do Programa de Cooperação Técnica mantido com o Reino  
128 Unido para os Órgãos de Controle Interno dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal, e da  
129 possibilidade de inserção desses Órgãos de Controle Interno no PROMOEX, respectivamente. A Vice-  
130 presidente, **Mônica Clark Nunes Cavalcante**, detalhou esse Programa de Cooperação Técnica com o  
131 Reino Unido, inclusive registrando que o Ceará já esteve visitando o Programa em face da sua  
132 programação em avaliar os programas de governo no ano de 2006. Em seguida, foi feita a apresentação  
133 dos novos membros e dos demais representantes estaduais presentes no Encontro.  
134

135 **PAINEL: Levantamento sobre a Organização dos Controles Internos dos Estados e do Distrito**  
136 **Federal.** Apresentado pela Secretária da Controladoria do Estado do Ceará, **Mônica Clark Nunes**  
137 **Cavalcante.** Apresentação – Delineou o perfil predominante dos sistemas organizacionais dos controles  
138 internos dos Estados brasileiros e do Distrito Federal, fazendo um retrato de como se encontram  
139 estruturados esses Órgãos. Assinalou que no último Encontro foi formada uma comissão responsável  
140 por esse estudo, integrada pelos Estados do Ceará, Pará, Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal, tendo  
141 recebido o apoio técnico da Associação Cearense de Estudos e Pesquisas – ACEP, que utilizou como  
142 metodologia a pesquisa direta, com a utilização de questionários, basicamente com dois níveis de  
143 informações: o primeiro, tendo como objetivo apontar informações de uma maneira mais geral, tais como  
144 a localização dos órgãos de controle interno, áreas de atuação, competências básicas e o quadro  
145 técnico, com o perfil e formação dos profissionais da área; o segundo, com uma amostra menor, visto  
146 que o número de Estados que responderam o questionário foi menor, tendo como objetivo colher  
147 informações mais específicas, visando abordar os seguintes assuntos: as características ou produtos  
148 que são gerados na auditoria de uma maneira mais regular, quais os tipos de auditoria, quantos Estados  
149 fazem anualmente a prestação de contas dos gestores aos Tribunais de Contas e, por fim, as  
150 competências que os órgãos de controle interno têm na consolidação de um parecer da auditoria sobre  
151 as contas anuais do governador, concluindo com um perfil de todas estas informações. Dos 27 Estados  
152 participantes do Fórum, apenas 17 responderam ao primeiro questionário, representando 63% dos  
153 Estados brasileiros. O estudo evidenciou que a maioria possui órgão de controle interno independente ou  
154 integrante da estrutura da Governadoria do Estado, sendo o restante integrante da estrutura de outros  
155 Órgãos; que a denominação do órgão de controle predominante foi de Auditoria Geral e, por  
156 conseguinte, a denominação dos dirigentes é de Auditor Geral. Com relação às competências desses  
157 Órgãos por área de atuação, foi constatado que em todos os Estados, no órgão de controle interno  
158 existe a área de Auditoria e Fiscalização ou Controle, mas existindo em alguns órgãos áreas de  
159 Corregedoria, Contabilidade, Administração Financeira e Racionalização e Ouvidoria. Ainda com relação  
160 às competências básicas o estudo evidenciou que na maioria os Estados as principais competências dos  
161 órgãos de controle são a comprovação da legalidade e avaliação dos resultados da gestão, a avaliação  
162 da execução de planos, programas e orçamentos, bem como a normatização e a orientação sobre  
163 assuntos de controle interno, assim como a verificação da regularidade dos atos de receitas e despesas.  
164 O estudo evidenciou também o quadro técnico que compõe o controle interno brasileiro e o nível de  
165 formação, sendo na maioria de formação superior, o que demonstra a preocupação dos órgãos de  
166 controle com a qualificação do pessoal do quadro técnico. Todavia, por sua vez, demonstrou que existe  
167 uma concentração do pessoal de nível superior na área de Contabilidade, o que, de certa forma,  
168 representa ainda um conservadorismo, que poderia ser explicado pela prática histórica de focar o  
169 controle nos aspectos específicos da área de contabilidade. Em segundo lugar, tem-se a formação em  
170 Administração. Quanto ao nível da titulação, observa-se que o quadro técnico ainda concentra a maioria  
171 dos profissionais apenas graduados, com cerca de um terço com a titulação de especialista, e um  
172 número bastante reduzido de mestres e doutores. O segundo questionário foi respondido por apenas 13  
173 Estados, tendo abordado de maneira mais específica os relatórios de Auditoria, o que na prática é  
174 realizado nas auditorias e qual o tipo de produto gerado. Do resultado propiciado pelo retorno dos  
175 questionários, registrou-se que apenas nove dos Estados que se manifestaram realizam auditoria de  
176 regularidade/conformidade, de natureza operacional e de programas; três Estados realizam apenas  
177 auditorias de regularidade/conformidade e de natureza operacional; e três Estados apenas auditoria de  
178 regularidade/conformidade. Em todos os Estados pesquisados os relatórios são encaminhados ao órgão  
179 auditado; seis encaminham ainda ao Governador, nove aos Secretários ao qual o órgão auditado está  
180 vinculado, e dois à Assembléia Legislativa. O encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado ocorre  
181 em seis Estados, de forma rotineira, sendo este tratamento, nos demais, realizado apenas quando

182 existem evidências de irregularidades, ou mediante solicitação. O estudo concluiu que a busca pela  
183 otimização dos trabalhos dos órgãos de controle deverá ser buscada e que embora se tenha procurado  
184 ressaltar a importância da Controladoria como suporte a um novo modelo de gestão governamental que,  
185 além de auxiliar o gestor com informações relevantes, possa dar respostas à população quanto à boa  
186 gestão da coisa pública, persiste o seguinte questionamento: "Quais os fatores determinantes para a  
187 elaboração de um modelo de Controladoria Governamental que contribua de forma eficaz para a  
188 melhoria da gestão dos Governos estaduais brasileiros?". Discussão e Deliberação: Participaram do  
189 debate os seguintes dirigentes estaduais: Maria Celeste Moraes Guimarães (MG), Pedro Gabriel Kenny da  
190 Silva (RS), Rosinéli Guerreiro Salame (PA), Sebastião Carlos Hanna de Macedo (ES), Irineu Carvalho de  
191 Aguiar (DF) e Rosa Maria Barros Tenório (AL), Edvaldo Gomes da Silva Sousa (TO). Não houve  
192 deliberação sobre o painel apresentado.  
193

194 **PAINEL: Sistema de Monitoramento de Fluxos de Veículos no Estado do Espírito Santo.**

195 Apresentado pelo Coordenador de Tecnologia da Informação da Auditoria Geral do Estado do Espírito  
196 Santo, **Ricardo Monteiro Oliveira**. Apresentação – A necessidade de uma auditoria de sistemas gerou a  
197 necessidade do Estado criar um sistema, tendo sido contratado em janeiro de 2004 a empresa Módulo  
198 Security para elaboração de um projeto de Auditoria de Segurança da Informação, a fim de analisar as  
199 eventuais fragilidades na gestão dos pedágios feita pela RODOSOL. A Auditoria Geral chegou à  
200 conclusão de que o sistema existente permitia a manipulação dos resultados em função de acessos  
201 diretos a base de dados e procedimentos manuais na coleta de informações consolidadas,  
202 inconsistência entre os dados no banco de dados e a existência, em alguns relatórios apresentados a  
203 AGE-ES e a Assembléia Legislativa, de indícios de fraudes não comprovados, não adequadamente  
204 explicados pela estrutura do sistema. A AGE-ES recomendou então a necessidade de medidas externas  
205 de controle e melhoria na segurança do sistema analisado, para evitar os problemas avaliados, que  
206 foram objeto do Sistema de Monitoramento de Fluxo de Veículos, implementando um mecanismo  
207 pioneiro de monitoramento de fluxo de veículos nas praças de pedágio da RODOSOL, com vistas a  
208 garantir a integridade das informações relacionadas. Criou-se então uma localização da infra-estrutura,  
209 com sala de telecomunicações na AGE-ES, atividade esta que está sendo desenvolvida nas cabines de  
210 pedágio da terceira ponte e na Rodovia do Sol por meio de um sistema de informações monitorado, o  
211 COMPSIS, utilizado pela RODOSOL. A composição do Projeto está na organização, planejamento,  
212 relatórios de progresso e cronograma de atividades. Os benefícios do projeto estão na implantação de  
213 um componente de auditoria do componente FA (Funções Automáticas), da COMPSIS, registrando  
214 todas as informações geradas por este, que são monitorados remotamente, permitindo a leitura e  
215 apuração paralela, bem como a indicação de eventuais fraudes e demais problemas de segurança,  
216 indicando o número de veículos pagantes e não pagantes, cabines operando e fora de operação, quedas  
217 do sistema e da rede para monitoração on-line do sistema, confrontação dos resultados no momento da  
218 apresentação de números pela concessionária, possibilidade de geração de relatórios diários para o  
219 DERTES e AGE-ES, possibilidade de geração de relatórios em mais de uma máquina a partir do servidor  
220 da Auditoria Geral, onde o sistema é capaz de gerar relatórios e armazená-los na máquina para serem  
221 acessados a qualquer tempo, comparação dos resultados obtidos no monitoramento com os relatórios  
222 impressos fornecidos oficialmente pela concessionária para, em breve, possibilitar o acesso do público  
223 em geral às informações do fluxo de veículos, a partir do portal da AGE-ES, em tempo real. O recurso já  
224 foi implementado pela equipe da Coordenação de Auditoria e Tecnologia da Informação da Auditoria  
225 Geral e está em fase de testes, para então realizar a transferência de tecnologia, por parte da empresa  
226 Módulo Security, capacitando os técnicos da AGE-ES a auditar sistemas, conforme os padrões do  
227 mercado (em curso), e a realização de auditorias eventuais pela empresa, com vistas a garantir o  
228 cumprimento, por parte da RODOSOL, das demandas e conformidade com os requisitos de segurança  
229 para diminuição das ameaças não identificadas pela Auditoria Geral. Discussão e Deliberação –  
230 Participaram do debate os seguintes dirigentes estaduais: Rosinéli Guerreiro Salame (PA), Eduardo  
231 Roberto Sobral e Farias (SE), Irineu Carvalho de Aguiar (DF), Mônica Clark Nunes Cavalcante (CE), Luiz  
232 Carlos da Fonseca (GO), Edvaldo Gomes da Silva Sousa (TO), Sírio Pinheiro da Silva (MT), Ana Elisa  
233 Ribeiro Novis (BA), Sebastião Carlos Ranna de Macedo (ES). Não houve deliberação sobre o painel  
234 apresentado.  
235

236 **PAINEL – Programa Nacional de Apoio e Modernização do Controle Externo dos Estados e**  
237 **Municípios Brasileiros – PROMOEEX.** Apresentado pelo Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas  
238 dos Municípios do Estado do Ceará, **Luiz Sérgio Gadelha Vieira** – Apresentação: Falou que o  
239 PROMOEEX iniciou em junho de 2001, ressaltando a importância dos Tribunais de Contas Estaduais e  
240 Municipais, além da integração dos controles internos e externos. Registrou que o histórico dos Tribunais  
241 de Contas se divide em 3 fases, que são: a do isolamento até o surgimento das entidades  
242 representativas, tais como ATRICON, IRB e outras; a fase de integração parcial até o PROMOEEX; e a  
243 fase de integração com o mesmo, daí surgindo a idéia da realização de uma pesquisa qualitativa onde

244 as entrevistas foram realizadas com dois representantes dos plenários dos Tribunais de Contas,  
245 elaboração de um questionário que foi respondido por 263 técnicos dos Tribunais de Contas, e uma  
246 outra pesquisa quantitativa, em que os questionários tinham aproximadamente 50 folhas, sendo  
247 respondidos por diversas áreas dos Tribunais de Contas. Na pesquisa realizada pela FIA-USP foram  
248 detectados alguns problemas de integração externa, existindo uma dificuldade de atuação integrada com  
249 os Poderes e órgãos que possam contribuir para a eficácia de suas decisões, uma baixa integração  
250 técnica entre os Tribunais, ações pontuais e dispersas no tocante ao relacionamento com os cidadãos e  
251 uma baixa prioridade para a comunicação institucional. Os organizadores da pesquisa fizeram algumas  
252 recomendações técnicas, como a integração com os órgãos sistêmicos dos Poderes dos jurisdicionados,  
253 integração dos processos de planejamento, execução orçamentária, gestão financeira e controle interno,  
254 em que a exploração desse potencial permitirá trazer transparência ao orçamento e sincronização da  
255 atuação rotineira do tribunal, além de aprofundar a relação com os cidadãos. Ressaltou que o  
256 PROMOEX tem como finalidade o fortalecimento do sistema de controle externo como instrumento de  
257 cidadania e de efetiva transparência e regular gestão dos recursos públicos, visando como propósito final  
258 o fortalecimento institucional e modernização do sistema de controle externo, pelo incremento da  
259 eficácia, eficiência e efetividade das ações de controle e dos mecanismos de articulação social. O  
260 Programa é dividido em componentes nacionais e locais, onde no plano nacional tem-se o  
261 desenvolvimento de vínculos interinstitucionais entre os Tribunais de Contas e destes com o Governo  
262 Federal, a redefinição dos procedimentos de controle externo com ênfase no cumprimento da Lei de  
263 Responsabilidade Fiscal e o desenvolvimento de políticas e gestão de soluções compartilhadas e de  
264 cooperação técnica. Os vínculos interinstitucionais nacionais vêm ocorrendo com a realização de foros  
265 técnicos e reuniões com representantes dos Tribunais de Contas e do Governo Federal, a implantação  
266 de uma rede nacional e de um portal nacional dos Tribunais de Contas, a preparação de proposta de  
267 norma jurídica relativa à padronização de procedimentos dos Tribunais e a realização de foros técnicos e  
268 reuniões de trabalho intergovernamentais e interinstitucionais para assegurar a harmonização e  
269 implantação de conceitos e procedimentos comuns em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal e a  
270 determinados gastos públicos. Os componentes locais são o desenvolvimento de vínculos com os  
271 Poderes e instituições dos três níveis de governo e com a sociedade, uma maior integração dos  
272 Tribunais ao ciclo de gestão governamental, a redefinição das metodologias, técnicas e procedimentos  
273 de controle externo, o planejamento estratégico e a modernização administrativa, o desenvolvimento de  
274 políticas e de gestão de tecnologia da informação e a adequação da política e gestão de pessoal, que  
275 geram vínculos interinstitucionais regionais, como o desenvolvimento e a implantação de ferramentas  
276 para aumentar a transparência da gestão pública. As atividades de cooperação entre entidades e órgãos  
277 dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e a abertura de canais de comunicação com a sociedade  
278 geram uma integração ao ciclo de gestão governamental, propiciando atividades de capacitação,  
279 seminários e desenvolvimento de metodologias para integrar os Tribunais no ciclo de gestão  
280 governamental, o desenvolvimento de sistemas de planejamento e de análise de responsabilidade fiscal  
281 e de modelos de controle interno, de auditoria para avaliação de resultados da ação governamental e de  
282 relatórios técnicos com recomendações para implantação de políticas que redefinem os métodos e  
283 procedimentos para atividades que promovem a modernização dos métodos, técnicas e procedimentos  
284 de controle externo. Registrou também a criação pelos Tribunais de uma política de gestão de pessoal  
285 com a adequação qualitativa e quantitativa do quadro de pessoal, a criação dos planos de cargos e de  
286 salários, o desenvolvimento de mecanismo de avaliação de desempenho e de produtividade, de  
287 instrumentos de vinculação das promoções ao mérito, e a instituição de sistemas permanentes de  
288 formação e treinamento. Por fim, mencionou que a pesquisa apontou como futuro dos Tribunais de  
289 Conta a integração entre os mesmos, depois com os Poderes e órgãos públicos nos vários níveis da  
290 Federação, e com a sociedade, além da modernização abrangendo capacitação de pessoal, ampliação  
291 de quadros, avanço tecnológico compartilhado e aperfeiçoamento e uniformização da legislação, um  
292 melhor aperfeiçoamento de métodos e procedimentos processuais, um melhor aperfeiçoamento  
293 organizacional e de métodos de auditoria, com vistas a alcançar a eficiência e a objetividade necessárias  
294 para apresentar resultados práticos à sociedade. Discussão e Deliberação – Participaram do debate os  
295 seguintes dirigentes estaduais: Sebastião Carlos Hanna de Macedo (ES), Mônica Clark Nunes  
296 Cavalcante (CE), Rosinéli Guerreiro Salame (PA), Irineu Carvalho de Aguiar (DF), Rosa Maria Barros  
297 Tenório (AL), Edvaldo Gomes da Silva Sousa (TO), Eduardo Roberto Sobral e Farias (SE). Não houve  
298 deliberação sobre o painel apresentado.

299  
300 **PAINEL – Transparência da Gestão do Dinheiro Público no Estado do Paraná.** Apresentado pelo  
301 Coordenador da Administração Financeira do Estado do Paraná, **César Ribeiro Ferreira –**  
302 **Apresentação** – O portal de Gestão do Dinheiro Público foi lançado pelo Decreto Estadual 3.895, de 18  
303 de novembro de 2004, contendo inicialmente seis serviços, que são os gastos públicos, precatórios  
304 pendentes de pagamentos, repasses financeiros aos municípios, orçamento, contrato da Renault,  
305 contratos do pedágio com o conceito de transparência das ações públicas, com prestações de contas

306 centralizadas em um único local. Nos gastos públicos existem dois tipos de desembolso efetuados pelo  
307 Estado, que são o pagamento de compras e serviços a quem os forneceu (credor) e a ordem de  
308 pagamento ou transferência a outro ente governamental. Os gastos públicos abrangem a todos os  
309 órgãos do Poder Executivo (da Administração Direta, autarquias, fundações, empresas públicas,  
310 universidades e faculdades estaduais), o Ministério Público e parte do Poder Judiciário, que desde  
311 janeiro de 2005 abrange também os pagamentos efetuados pelas Empresas de Economia Mista. Os  
312 repasses financeiros aos municípios são feitos por repasses de receitas efetuadas diretamente aos  
313 municípios através do ICMS que é de 25%, IPVA que é de 50%, Fundo de Exportação que é a cota de  
314 ICMS de Estados exportadores e royalties de petróleo, que é determinado pela Lei 7.990/89. Esses  
315 valores se encontram disponíveis no portal no dia anterior ao do crédito na conta do município, com  
316 valores detalhados dia-a-dia, separados por tipo de repasse utilizado pelo Tribunal de Contas e por  
317 Câmaras Municipais, para fiscalizarem a aplicação dos recursos. Os precatórios pendentes de  
318 pagamentos são publicados na ordem judicial de pagamento dos precatórios, de forma a garantir a  
319 transparência do processo que, após anos sem serem pagos, o governo Requião retomou o pagamento  
320 de precatórios em janeiro de 2003, num montante aproximado de R\$ 10 milhões mensais. Atualmente,  
321 aproximadamente 3.600 precatórios ainda se encontram pendentes, quando no início do atual governo o  
322 número era de mais de 4.000, sendo pagos mais de R\$ 300 milhões desde o início da atual gestão no  
323 Estado do Paraná, que disponibiliza a lista completa em acesso público desses documentos via Internet.  
324 O Estado disponibiliza os principais planos e orçamentos públicos, de modo a divulgar à sociedade o  
325 planejamento de curto e longo prazo do governo, que são o PPA, a LDO e a LOA, além da transparência  
326 à sociedade de contratos assinados em gestões anteriores, contendo cópia eletrônica de todas as  
327 páginas dos contratos. Em outubro de 2005 foram lançados três novos serviços, que foram o Balanço  
328 Geral do Estado, a Responsabilidade Fiscal de 2005 e a Retenção de ISS, onde todos os serviços pagos  
329 pelo Estado e retidos são repassados às prefeituras de acordo com a Lei Complementar 116, e a  
330 melhoria em outros serviços já existentes, incluindo a publicação de um glossário de termos técnicos  
331 utilizados na contabilidade pública para facilitar o entendimento de demonstrativos técnicos, que serão  
332 integralmente desenvolvidos em software livre (Java). Discussão e Deliberação – Participaram do debate  
333 os seguintes dirigentes estaduais: Cláudia Correa Araújo de Santana (PE), Rosinéli Guerreiro Salame  
334 (PA), Luiz Carlos Delazari (PR), Ana Elisa Ribeiro Novis (BA), Mônica Clark Nunes Cavalcante (CE),  
335 Rosa Maria Barros Tenório (AL), Sírio Pinheiro da Silva (MT), Eduardo Roberto Sobral e Farias (SE),  
336 Luiz Carlos da Fonseca (GO), Edvaldo Gomes da Silva Sousa (TO), Irineu Carvalho de Aguiar (DF),  
337 Manoel Caixeta (GO), Pedro Gabriel Kenne da Silva (RS). Não houve deliberação sobre o painel  
338 apresentado.

339  
340 **PAINEL – Indicadores de Auditoria - Uma Ferramenta de Controle da Execução da Despesa.**  
341 Apresentado pelo Auditor da Auditoria Geral do Estado de Minas Gerais, **Vinícius Fernandes Moreira.**  
342 Apresentação – Trata-se de um projeto recém saído da fase embrionária, estando os trabalhos de  
343 auditoria em curso neste momento, sem ter ainda compilado os resultados dessas auditorias, muito  
344 embora alguns resultados já foram verificados, o que serão expostos nesta apresentação. O indicador de  
345 gestão nas organizações é basicamente uma forma de representação quantitativa de processos ou de  
346 produtos, sendo com mais ênfase os indicadores de desempenho. Os indicadores de qualidade tratam  
347 de características do produto sobre a ótica do cliente e os de desempenho de características de produtos  
348 e de processos sob a ótica do processador responsável pela execução do processo. Já os indicadores  
349 de auditoria trabalham também características do produto e do processo, mas sob a ótica do controle. A  
350 importância da existência desses indicadores de qualidade é que trazem a informação que permite de  
351 imediato sair do campo da inferência e adentrar no campo da evidência, que está correlacionada com a  
352 área do planejamento e do controle para o estabelecimento de metas. Abordou também os indicadores  
353 na gestão nas organizações, que são os indicadores de qualidade, os de desempenho e os de auditoria.  
354 Estes últimos indicadores têm origem na estrutura e nos diagnósticos do subsistema de auditoria  
355 operacional, que se subdividem nos sistemas corporativos, nas ferramentas de auditoria e na equipe de  
356 desenvolvimento, conforme Portaria da Auditoria Geral do Estado de Minas Gerais. Este Projeto se  
357 divide em várias fases: a preparação, a definição dos indicadores, o desenvolvimento dos indicadores e  
358 de sistemas de informação, a medição e análise dos dados e resultados, o uso dos dados e resultados e  
359 o ciclo de avaliação e melhoria. Para se alcançar a definição desses indicadores foi feita uma verificação  
360 em cada unidade, tentando identificar quais eram as principais demandas das unidades, os principais  
361 focos e problemas que demandavam uma ação mais contundente na auditoria, tendo sido realizadas  
362 tabulações nos resultados para se identificar os indicadores aplicados, que consistem num trabalho sem  
363 muito compromisso com a busca de idéias para se aplicar não apenas a execução despesa mas a  
364 gestão pública como um todo. No desenvolvimento de indicadores partiu-se do princípio de que um  
365 deveria apresentar idéias de especificações para efeito de normatização do nosso próprio procedimento  
366 do projeto e também para efeito da criação de uma memória de indicadores ou do projeto. Discussão e  
367 Deliberação – Participaram do debate os seguintes dirigentes estaduais: Edvaldo Gomes da Silva Sousa

368 (TO), Rosa Maria Barros Tenório (AL), Luiz Carlos da Fonseca (GO), Mônica Clark Nunes Cavalcante  
369 (CE). Não houve deliberação sobre o painel apresentado.

370  
371 **PAINEL – A Experiência do Tribunal de Contas da União em Auditoria de Natureza Operacional.**  
372 Apresentado pelo Diretor Técnico da Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo  
373 do Tribunal de Contas da União, **Dagomar Henriques Lima** – Apresentação: A auditoria de natureza  
374 operacional constitui-se basicamente em um processo de coleta e análise sistemática de dados, sendo  
375 esses dados coletados sobre organizações ou programas, no qual a palavra atividade se refere a todos  
376 os tipos de objetos de auditoria que não sejam programas de auditoria, sendo esses dados analisados à  
377 luz de critérios de auditoria de conformidade. Nas auditorias de desempenho os critérios devem ser  
378 discutidos com o auditado para se chegar a um acordo sobre os parâmetros utilizados, sendo o objetivo  
379 da auditoria de natureza operacional o de emitir uma opinião sobre o desempenho, verificando se o  
380 mesmo é satisfatório ou insatisfatório e quais as causas que levam ao desempenho insatisfatório. O  
381 objetivo mais adiante da auditoria é contribuir para a melhoria da auditoria das ações de governo e para  
382 os mecanismos de responsabilidade no desempenho. As dimensões de desempenho utilizadas são a  
383 eficiência, a eficácia, a economicidade e a efetividade, sendo esta última muito adequada na utilização  
384 da conformidade. Quando se fala em eficiência está se falando de como o governo está transformando  
385 os insumos em produtos para a sociedade, ou seja, do processo de transformação dos insumos em  
386 produtos; já a eficácia corresponde ao número de produtos que estão sendo oferecidos adequadamente  
387 a população, e a efetividade é quando se investe para melhorar a qualidade do produto final. Então, o  
388 primeiro objetivo é o de melhorar o desempenho do programa, visto que os recursos orçados foram  
389 gastos. Outro objetivo é o de melhorar a viabilização, uma vez que as pessoas não conhecem os  
390 resultados das ações de governo e, às vezes, nem o próprio gestor, principalmente quando este não tem  
391 o controle do que foi entregue e dos resultados que são obtidos. Este tipo de auditoria tem a ver com  
392 governança, que é a capacidade que o governo tem de organizar a máquina pública para atender melhor  
393 a sociedade, assim como tem a ver com a transparência não só dos gastos mas também dos resultados.  
394 A legislação que trata do programa de Auditoria de Natureza Operacional é a Constituição Federal, em  
395 seu art. 71, inciso IV, que diz que cabe ao Tribunal de Contas, por iniciativa própria ou por solicitação do  
396 Congresso Nacional, realizar auditorias de natureza operacional, e o Regimento Interno do TCU, que  
397 visa informar o desempenho das organizações e dos programas orçamentários. Afirmou que desde 1998  
398 o TCU vem realizando, em conjunto com o Reino Unido, um projeto para a realização sistemática das  
399 auditorias de natureza operacional, com equipes do próprio Tribunal sendo treinadas nessa nova  
400 sistemática auditorial. Discussão e Deliberação – Participaram do debate os seguintes dirigentes  
401 estaduais: Sebastião Carlos Hanna de Macedo (ES), Manoel Caixeta (GO), Pedro Gabriel Kenne da Silva  
402 (RS), Edvaldo Gomes da Silva Sousa (TO), Cláudia Correa Araújo de Santana (PE). Não houve  
403 deliberação sobre o painel apresentado.

404  
405 **PAINEL – Evidências de Auditorias - Falhas nos Controles Internos.** Apresentado pelo Coordenador  
406 do Núcleo de Controle da Secretaria de Controle da Despesa Pública do Estado da Paraíba, **Reginaldo**  
407 **Cipriano**. Apresentação: O Sistema de Controle Interno utiliza o conhecimento e o perfil dos Órgãos e  
408 Entidades como subsídio para a realização de uma avaliação e mensuração de riscos, no processo de  
409 identificação do universo auditável. A priorização engloba compras, serviços, obras e transferências  
410 voluntárias, com o objetivo de formular um plano de controle para monitoramento de licitações, contratos  
411 e convênios e para formalizações de decretos, instruções normativas, notas técnicas e orientações  
412 técnicas circulares. Os procedimentos analíticos dizem respeito aos sistemas de análise, registro e  
413 acompanhamento, on-line, de licitações, contratos e convênios, permitindo um controle automático das  
414 modalidades de licitações e um controle das limitações orçamentárias, para licitações, contratos e  
415 convênios. Esse Sistema de Controle permite também a verificação, on-line, de regularidade junto ao  
416 SIAF/CADIN-PB como condição prévia para as transferências voluntárias de recursos. A consulta on-line  
417 é realizada pelo Sistema de Informações Governamentais - SIGA, que permite a emissão de certidões  
418 negativas. Esse Sistema permite também comunicação, on-line, de prestação de contas de convênios  
419 final ou parcial, para então dar baixa no SIAF/CADIN-PB, assim como inclusão automática de órgãos e  
420 entidades inadimplentes, assim como análise prévia de aditivos de contratos e convênios, de extratos de  
421 licitações, de contratos, convênios e de seus aditivos, para posterior publicação no Diário Oficial.  
422 Discussão e Deliberação – Participaram do debate os seguintes dirigentes estaduais: Luiz Carlos da  
423 Fonseca (GO), Cláudia Correa Araújo de Santana (PE), Edvaldo Gomes da Silva Sousa (TO), Irineu  
424 Carvalho de Aguiar (DF). Não houve deliberação sobre o painel apresentado.

425  
426 **OUTROS ASSUNTOS DA PAUTA: a) Eleição do Presidente e Vice-presidente (gestão 2006)** – Foi  
427 apresentada uma chapa única para compor a nova gestão do FNCI, tendo sido eleita por unanimidade  
428 pelos presentes. Em função disso, a nova gestão será constituída da seguinte forma: Presidente, Mônica  
429 Clark Nunes Cavalcante, Secretária da Controladoria do Estado do Ceará; Vice-presidente, Maria

430 Celeste Moraes Guimarães, Auditora-Geral do Estado de Minas Gerais; Secretário-executivo, Roberto  
431 Múcio Vieira Chagas, da Secretaria da Controladoria do Estado do Ceará; **b) Agenda do próximo**  
432 **Encontro** – Após as manifestações e sugestões dos participantes, foi deliberado que no próximo  
433 Encontro do Fórum serão apresentadas as seguintes experiências estaduais: Diagnóstico sobre a  
434 situação dos recursos humanos dos Órgãos de Controle Interno dos Estados e do Distrito Federal, a ser  
435 apresentado por Minas Gerais; Sistema de Conformidade, a ser apresentado por Mato Grosso;  
436 Improbidade Administrativa e Breve Abordagem do Processo Penal, a ser apresentado por Tocantins, ou  
437 então Carreira Técnica do Profissional de Controle Interno, a ser apresentado por Sergipe;  
438 Contratualização por Resultados - OS, OSCIP, Contratos de Gestão, Agências Reguladoras, etc, a ser  
439 apresentado por São Paulo ou Pernambuco; Controle de Contratos e Convênios, a ser apresentado por  
440 Alagoas; **c) Definição do Estado para sediar o próximo Encontro do Fórum** – Foi referendada a  
441 manifestação já expressa anteriormente pelo Estado do Rio Grande do Sul para sediar o próximo  
442 Encontro do Fórum, tendo sido decidido que V Encontro do FNCI ocorrerá no período de 27 e 28 de abril  
443 de 2006, em Porto Alegre-RS, sob a responsabilidade da Contadoria e Auditoria Geral do Estado do Rio  
444 Grande do Sul – SEFAZ – RS; **d) Apresentação do site do FNCI na Internet** – Foi apresentada pelo  
445 Secretário-executivo do Fórum a nova versão do site do FNCI na Internet, contendo os painéis  
446 apresentados neste 4º Encontro, assim como os demais links existentes.

447  
448 **ENCERRAMENTO:** E nada mais havendo a tratar, o Auditor Geral do Estado do Espírito Santo e  
449 promotor do evento, **Sebastião Carlos Ranna de Macedo**, agradeceu a participação de todos e, em  
450 seguida, a Presidente do Fórum, **Rosinéli Guerreiro Salame**, deu por encerrado os trabalhos às  
451 dezessete horas, dos quais eu, Sérgio Roberto Bacury de Lira, Secretário-executivo, lavrei a presente  
452 Ata que, lida e achada conforme, vai assinada por mim e pela Presidente do Fórum Nacional dos Órgãos  
453 de Controle Interno dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal.

454  
455  
456   
457 **Rosinéli Guerreiro Salame**  
458 Presidente

  
**Sérgio Roberto Bacury de Lira**  
Secretário-executivo